

CONCORRÊNCIA

90010/2026

CONTRATANTE (UASG)

986475 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO

CÓDIGO COMPRAS

GRUPO – 833 SERVIÇO – 20060 – Elaboração de Projeto de Engenharia

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 335.788,71 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/08/2026 às 09h 30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Técnica e Preço

REGIME DE CONTRATAÇÃO:

Empreitada por preço unitário

MODO DE DISPUTA:

Fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
8. DO TERMO DE CONTRATO	15
9. DOS RECURSOS	16
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10/2026
(Processo Administrativo nº 651/2026)

A **Prefeitura Municipal de Guarujá**, por meio da **Secretaria de Planejamento Estratégico**, sediada na Avenida Santos Dumont, nº 800, bairro Vila Santo Antônio, CEP 11.432-501, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. *Será concedido tratamento favorecido para as **microempresas e empresas de pequeno porte**, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).*

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- 2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.7.3 sociedades cooperativas;
- 2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.12 Sociedades cooperativas;
- 2.7.13 Pessoas físicas.

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5 e 2.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5 e 2.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com

recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

4.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.12.1.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

5.1.1 Comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), tanto da empresa licitante quanto dos profissionais indicados por esta, como responsáveis técnicos, em suas respectivas áreas de atuação, para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Edital.

5.1.2 Qualificação técnica dos profissionais da CONTRATADA com relação às especificidades do objeto da contratação e à metodologia do projeto empregada, conforme os critérios de Julgamento e Pontuação detalhadas a partir do Anexo I.

5.1.3 Experiência anterior em serviços similares, comprovada por meio de acervos técnicos emitidos por respectivos conselhos ou atestados acompanhados de ART.

5.1.4 Descrição detalhada dos serviços a serem prestados, conforme especificações no Termo de Referência e Memorial Descritivo.

5.1.5 As empresas licitantes deverão anexar os documentos relativos a Proposta Técnica na aba "Outros Documentos", em arquivo zipado, no **Sistema Eletrônico**, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da Sessão Pública.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1 Valor unitário, quantitativos dos serviços, e valor total, respeitando as quantidades demonstradas na planilha orçamentária.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.

6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação, via sistema.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos *participantes*, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1 SICAF;

6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.9.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.11. Serão desclassificadas as propostas que:

6.11.1 contiverem vícios insanáveis;

6.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital**.

6.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

6.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, composta pelos seguintes critérios, conforme detalhamento do Anexo I deste Edital:

6.15.1 (I) Metodologia e Plano de Trabalho – até 35 pontos;

6.15.2 (II) Experiência da Empresa em Contenção de Encostas – até 40 pontos;

6.15.3 (III) Equipe Técnica-Chave – até 10 pontos;

6.15.4 (IV) Experiência em Áreas Urbanas de Risco – até 15 pontos.

6.16. As notas serão atribuídas pela banca designada, mediante enquadramento nas faixas de pontuação previstas no Anexo I, levando em consideração a clareza, consistência, objetividade e atendimento às exigências do Edital e do Termo de Referência.

6.17. Os critérios detalhados de pontuação encontram-se no **Anexo I – Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas**, parte integrante deste Edital.

6.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.19. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.20. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

6.20.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.20.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.21. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.21.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.21.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital.

6.22. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.23. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.23.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.23.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.23.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.23.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.23.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.24. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.24.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.24.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.25. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.26. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

6.27. Após análise das Propostas Técnicas e de Preços, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorizações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços

6.28. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.29.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.29.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.29.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.29.4 No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.29.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.30. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.30.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.30.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.30.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.30.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.30.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.30.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.30.2.2. empresas brasileiras;

6.30.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.30. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.31. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.32. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.32.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.35. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.36. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.37. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.38. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.39. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.40. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia acrescida de declaração de veracidade.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo telefone **(13) 3308-7291** no horário administrativo ou pelo e-mail **comissaolicitacoes.apoio@gmail.com**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.9.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 7.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

7.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
 - 10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
 - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
 - 10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 10.1.6 fraudar a licitação;
 - 10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
 - 10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1 advertência;
 - 10.2.2 multa;
 - 10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará

o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por **forma eletrônica (e-mail: comissaolicacoes.apoio@gmail.com)** ou **presencialmente no setor de compras e licitações**.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial deste Município.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11. Anexo I - Critérios de Pontuação das Propostas Técnicas

12.11.2 ANEXO II –Termo de Referência;

12.11.3 *Anexo III – Anteprojeto / Projeto Básico;*

12.11.4 *Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.*

Guarujá, 15 de Junho de 2026.

DANIELA TEIXEIRA MARIANO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ANEXO I – CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA NOTA TÉCNICA

Será atribuída pela banca designada a nota da Proposta Técnica – NT, variando de 0 a 100, constituída por:

- Metodologia e Plano de Trabalho – (I) nota máxima = 35 pontos;
- Experiência da Empresa em CONTENÇÃO DE ENCOSTAS (II) – nota máxima = 40 pontos;
- Equipe Técnica Chave – (III) – nota máxima = 10 pontos;
- Experiência em áreas urbanas de risco / encostas (IV) – nota máxima = 15 pontos.

Portanto, a nota final da Proposta Técnica – NT será apurada da seguinte forma:

$$NT = (I) + (II) + (III) + (IV)$$

Metodologia e Plano de Trabalho – (I) nota máxima = 35 pontos

Será avaliada a metodologia proposta para execução dos serviços, considerando a aderência ao Termo de Referência e às características geotécnicas e urbanas do Morro do Tortuga e do Morro do Sorocotuba.

A pontuação deste critério será atribuída conforme subcritérios abaixo.

I.a) Compreensão do problema e diagnóstico técnico (até 10 pontos)

Avalia se a proposta demonstra entendimento do cenário de instabilidade, interação solo-água-topografia, condicionantes urbanos e interferências.

Enquadramento	Requisitos mínimos observáveis	Pontos
Insuficiente	Diagnóstico genérico, sem relação com encosta/risco, sem leitura de condicionantes	0
Adequado	Identifica riscos e condicionantes principais e os conecta ao escopo	5
Excelente	Diagnóstico consistente, com abordagem técnica clara e foco em risco/soluções	10

I.b) Metodologia de investigação geotécnica e hidrológica/hidráulica (até 10 pontos)

Avalia estratégia de sondagens/ensaios e estudos hidrológicos/hidráulicos, justificando como subsidiarão dimensionamentos.

Enquadramento	Requisitos mínimos observáveis	Pontos
Insuficiente	Não detalha método de investigação ou apresenta abordagem genérica	0
Adequado	Define investigação e ensaios/estudos de modo coerente com o objeto	5
Excelente	Estratégia bem justificada, compatível com riscos e com integração projeto-dados	10

I.c) Integração e compatibilização dos projetos (até 10 pontos)

Avalia como a licitante integrará contenção/estrutura, drenagem, terraplenagem e demais disciplinas, evitando conflitos e omissões.

Enquadramento	Requisitos mínimos observáveis	Pontos
Insuficiente	Não descreve compatibilização ou trata de forma superficial	0
Adequado	Define etapas e responsabilidades de compatibilização	5
Excelente	Apresenta fluxo claro de compatibilização, checagens e entrega integrada	10

I.d) Plano de trabalho, cronograma e gestão de entregáveis (até 5 pontos)

Avalia detalhamento das etapas, prazos, marcos de entrega e comunicação com a fiscalização.

Enquadramento	Requisitos mínimos observáveis	Pontos
Insuficiente	Cronograma genérico ou sem marcos/entregáveis	0
Adequado	Etapas e prazos coerentes, com entregáveis definidos	3
Excelente	Etapas, marcos, revisões e gestão de entregáveis bem estruturados	5

II - Experiência da Empresa em CONTENÇÃO DE ENCOSTAS – (II) nota máxima = 40 pontos

A experiência da empresa será comprovada por CAT/CAO emitidos pelo respectivo conselho ou Atestados acompanhados de ART/RRT (ou equivalente) que comprove a vinculação técnica, em nome da licitante, devidamente acompanhados dos documentos de vinculação técnica.

II.a) Projetos Executivos de contenção/estabilização de encostas e taludes (até 20 pontos)

Quantidade de acervos compatíveis	Pontos
2 acervos	10
4 acervos	15
6 ou mais acervos	20

Compatível: contenção/estabilização como objeto principal (solo grampeado, cortina atirantada, muros, gabiões, ancoragens, retaludamento estabilizado, drenagem profunda associada etc.).

II.b) Projetos Executivos de Contenção em ambiente urbano consolidado com interferências (até 20 pontos)

Quantidade de acervos compatíveis	Pontos
2 acervos	10
4 acervos	15
6 ou mais acervos	20

Compatível: área com ocupação/infraestrutura existente (vias, moradias, redes, acessos), com condicionantes típicos de obra urbana.

III – EQUIPE TÉCNICA-CHAVE (10 PONTOS)

A licitante deverá apresentar a equipe técnica mínima responsável pela elaboração dos projetos, com comprovação de qualificação e experiência compatíveis com o objeto.

Para fins de pontuação, serão aceitos documentos que comprovem a atuação técnica dos profissionais em projetos e/ou obras correlatas ao objeto, desde que a documentação demonstre a participação técnica do profissional nas atividades compatíveis com a função indicada.

III.1. Documentação obrigatória por profissional (condição para pontuação)

Para cada profissional indicado nos subitens III.a a III.d, a licitante deverá apresentar, sob pena de atribuição de nota 0 (zero) no respectivo subitem:

1. Registro profissional vigente no CREA/CAU;
2. CAT/CAO ou Atestados acompanhado de ART/RRT (ou equivalente) que comprove a vinculação técnica;
3. Currículo resumido (máx. 3 páginas);
4. Comprovação de vínculo (CLT, contrato social, prestação de serviços ou compromisso de contratação);
5. Declaração de disponibilidade.

III.a) Engenheiro Responsável – Geotecnia/Contenção (até 5 pontos)

Experiência comprovada compatível	Pontos
Sem comprovação compatível	0
1 comprovação compatível	3
3 ou mais comprovações compatíveis	5

III.b) Coordenador Geral – Geotecnia/Contenção (até 5 pontos)

Experiência comprovada compatível	Pontos
Sem comprovação compatível	0
1 comprovação compatível	3
3 ou mais comprovações compatíveis	5

IV – EXPERIÊNCIA EM ÁREAS URBANAS DE RISCO (15 PONTOS)

Será avaliada a experiência da licitante em projetos desenvolvidos em áreas com risco geotécnico e condicionantes urbanos, tais como morros urbanizados, encostas ocupadas, áreas com histórico de instabilidade/escorregamentos e intervenções em ambiente sensível.

Quantidade de acervos compatíveis	Pontos
1 acervo	7
2 acervos	12
3 ou mais acervos	15

V – REGRAS GERAIS PARA ATRIBUIÇÃO DA NOTA TÉCNICA (NT)

V.1. Regras gerais de comprovação e avaliação

V.1.1. A pontuação da Nota Técnica (NT) observará estritamente os critérios, tabelas e faixas definidos neste Anexo, cabendo à banca designada registrar em ata as razões do enquadramento e os documentos considerados.

V.1.2. Serão aceitos documentos emitidos por Conselhos profissionais (ex.: CAT/CAO) ou Atestados acompanhados de ARTs, contendo elementos mínimos que permitam verificação (identificação do emitente, objeto, local, período e escopo).

V.2. Utilização do mesmo acervo em diferentes itens

V.2.1. É permitida a utilização do mesmo Acervo/Atestado para pontuação em diferentes critérios e/ou subcritérios deste Anexo, desde que o documento descreva expressamente e de forma verificável os serviços/atividades correspondentes a cada item em que se pretende pontuar.

V.2.2. A pontuação decorre da comprovação de parcelas técnicas distintas do objeto, não configurando duplicidade indevida quando o acervo comprovar mais de uma parcela.

V.2.3. Quando o Acervo/Atestado não for claro quanto ao atendimento de determinado item, a banca designada poderá não pontuar aquele item específico, mantendo eventual pontuação em outros itens comprovados.

V.2.4. A licitante deverá identificar, de forma objetiva, em qual(is) item(ns) pretende utilizar cada Acervo, podendo apresentar índice/tabela de correspondência. Na ausência de indicação, a banca designada poderá proceder ao enquadramento do documento nos itens aplicáveis.

V.3. Vedação à majoração artificial de pontuação

V.3.1. É vedado o fracionamento artificial de documentos referentes ao mesmo contrato/objeto com o objetivo de majoração indevida da pontuação.

V.3.2. Havendo mais de um documento relativo ao mesmo contrato/objeto, a banca designada poderá considerar o conjunto documental como um único evento para fins de verificação, evitando duplicidade por repetição documental.

V.3.3. A banca designada poderá desconsiderar documentos que apresentem incompatibilidade técnica com o objeto, ausência de elementos mínimos de verificação, inconsistências relevantes ou indícios de irregularidade, registrando em ata a motivação.

V.4. Diligências

V.4.1. A banca designada poderá realizar diligências para confirmar informações constantes dos documentos, inclusive para esclarecimento de escopo, compatibilidade e autenticidade.

V.4.2. As diligências não poderão resultar na substituição integral de documento essencial inexistente, admitindo-se, contudo, esclarecimentos e complementações formais que não alterem a substância da proposta.

V.5. Disposição sobre custos de equipe

V.5.1. Os custos relativos à mobilização, coordenação técnica, responsabilidade técnica e demais despesas necessárias à elaboração dos produtos estão contemplados na estimativa de preços/orçamento, por meio dos itens que a compõem, não havendo previsão de pagamento específico por homem-hora. Quaisquer custos adicionais necessários ao fiel cumprimento do objeto deverão ser suportados pela CONTRATADA, sem direito a reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvadas as hipóteses legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

(Processo Administrativo nº 651/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de obras de engenharia, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de **serviços técnicos especializados**, conforme justificativa constante no processo administrativo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **8 (oito) meses** contados da **emissão da ordem de serviço**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional dos recursos naturais durante a execução dos serviços, especialmente no que se refere ao consumo de água e energia



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

elétrica, de modo a evitar desperdícios, perdas e usos inadequados. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizadas soluções, equipamentos e materiais que contribuam para maior eficiência energética e hídrica, considerando a redução de custos operacionais e de manutenção ao longo da vida útil da edificação, sem prejuízo do desempenho, da segurança e da qualidade dos serviços executados;

4.1.2 A execução dos serviços deverá observar práticas adequadas de gestão ambiental do canteiro de obras, incluindo a organização, limpeza e controle de impactos ambientais. Deverá ser assegurada a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente a Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas aplicáveis, sendo vedado o descarte irregular de resíduos;

4.1.3 Os materiais, insumos e sistemas construtivos empregados deverão atender às normas técnicas da ABNT e demais regulamentações aplicáveis, devendo apresentar desempenho compatível com o uso público e social da edificação. Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais com maior durabilidade, resistência e menor necessidade de manutenção, considerando o ciclo de vida da edificação e a economicidade da contratação;

4.1.4 Os materiais utilizados não deverão conter substâncias nocivas à saúde humana ou ao meio ambiente, devendo ser adequados à permanência de usuários e servidores no local. As soluções adotadas deverão garantir ambientes seguros, salubres e compatíveis com a finalidade do equipamento público de assistência social, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis; e

4.1.5 A contratada deverá cumprir integralmente as normas de saúde e segurança do trabalho, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, adotando medidas de prevenção de acidentes e proteção dos trabalhadores. Deverão ser minimizados os impactos à vizinhança e aos usuários do entorno, considerando o caráter social do equipamento público, bem como observadas as disposições da legislação trabalhista vigente, sendo vedada qualquer forma de trabalho irregular.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto para a execução dos serviços de perfuração em solo ou rocha e levantamento planialtimétrico cadastral.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.3.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **segunda à sexta-feira, das 09 horas às 11 horas e das 14 horas às 16 horas**, a ser agendado pelo telefone **(13) 3308-7291**, no horário administrativo ou pelo e-mail **seplan@guaruja.sp.gov.br** de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias *da emissão da ordem de serviço*.

5.1.2 A execução do objeto deverá observar integralmente as disposições constantes deste Termo de Referência, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas, documentos técnicos e demais anexos integrantes do processo, bem como as normas técnicas da ABNT, legislações aplicáveis, regulamentos dos conselhos profissionais competentes e boas práticas de engenharia.

5.1.3 Os serviços deverão ser executados por empresa especializada legalmente habilitada, com comprovada experiência em elaboração de projetos de engenharia geotécnica, estabilização de encostas e recuperação de sistemas viários em áreas com características geológicas e geotécnicas complexas.

5.1.4 A execução dos serviços compreenderá, de forma integrada e complementar, as seguintes atividades:

Levantamentos e Diagnósticos Técnicos

5.1.4.1. levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado das áreas de intervenção;

5.1.4.2. cadastramento de vias, taludes, sistemas de drenagem, elementos estruturais e demais interferências existentes;

5.1.4.3. inspeções técnicas de campo;

5.1.4.4. cadastramento arbóreo e levantamento das condicionantes ambientais existentes;

5.1.4.5. consolidação do diagnóstico técnico preliminar das áreas.

Investigações Geotécnicas

5.1.4.6. execução de sondagens e ensaios necessários à caracterização geotécnica das áreas;

5.1.4.7. realização de estudos geológicos e geotécnicos;

5.1.4.8. definição dos parâmetros técnicos necessários ao desenvolvimento das soluções;

5.1.4.9. identificação dos mecanismos de instabilidade existentes.

Desenvolvimento dos Projetos Executivos

5.1.4.10. elaboração dos projetos executivos de contenção e estabilização de encostas;

5.1.4.11. elaboração dos projetos de recuperação e/ou readequação do sistema viário;

5.1.4.12. elaboração dos projetos de drenagem superficial e profunda associados às soluções propostas;

5.1.4.13. desenvolvimento de detalhamentos executivos, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e especificações técnicas;

5.1.4.14. compatibilização entre todas as disciplinas e soluções técnicas envolvidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

As soluções técnicas deverão observar:

- 5.1.4.15. normas técnicas da ABNT aplicáveis;
 - 5.1.4.16. legislações urbanísticas e ambientais vigentes;
 - 5.1.4.17. diretrizes técnicas municipais;
 - 5.1.4.18. critérios de segurança, durabilidade, desempenho e manutenibilidade;
 - 5.1.4.19. boas práticas de engenharia geotécnica e estrutural.
- 5.1.5 A contratada deverá apresentar, previamente ao início da execução dos serviços, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT dos profissionais responsáveis pelas atividades técnicas contratadas, devidamente registrados junto aos conselhos profissionais competentes.
- 5.1.6 A execução dos serviços deverá observar o cronograma previamente aprovado pela Administração, incluindo os marcos de entrega, prazos de desenvolvimento e revisões eventualmente determinadas pela fiscalização.
- 5.1.7 Todos os produtos técnicos deverão ser entregues:
- 5.1.7.1. em meio físico e digital;
 - 5.1.7.2. em formatos editáveis compatíveis com os sistemas utilizados pela Administração;
 - 5.1.7.3. devidamente assinados pelos responsáveis técnicos;
 - 5.1.7.4. acompanhados das respectivas ARTs e/ou RRTs.
- 5.1.8 Os produtos técnicos mínimos a serem entregues compreenderão:
- 5.1.8.1. levantamentos planialtimétricos;
 - 5.1.8.2. relatórios técnicos;
 - 5.1.8.3. laudos geotécnicos;
 - 5.1.8.4. projetos executivos;
 - 5.1.8.5. memoriais descritivos;
 - 5.1.8.6. memoriais de cálculo;
 - 5.1.8.7. especificações técnicas;
 - 5.1.8.8. planilhas orçamentárias;
 - 5.1.8.9. cronograma físico-financeiro;
 - 5.1.8.10. peças gráficas e detalhamentos executivos.
- 5.1.9 A fiscalização poderá solicitar ajustes, revisões, complementações e esclarecimentos técnicos sempre que verificar inconsistências, incompatibilidades ou necessidade de adequação dos produtos apresentados.
- 5.1.10 O pagamento ficará condicionado:
- 5.1.10.1. à entrega completa da etapa correspondente;
 - 5.1.10.2. à aprovação técnica dos produtos pela fiscalização;
 - 5.1.10.3. ao atendimento integral das exigências deste Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

5.1.10.4. à apresentação da documentação técnica e fiscal exigida contratualmente.

5.1.11 A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, softwares, veículos, ferramentas, instrumentos, materiais e recursos técnicos necessários à adequada execução dos serviços contratados, sem ônus adicional para a Contratante.

5.1.12 Os serviços serão executados nas áreas do Morro do Tortuga e Morro do Sorocotuba, no Município de Guarujá/SP, podendo haver necessidade de visitas técnicas, levantamentos de campo e inspeções presenciais nas áreas objeto da contratação.

5.1.13 A execução dos serviços deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, economicidade, segurança e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.1.14 O prazo estimado para execução integral dos serviços é de 4 (quatro) meses, conforme cronograma físico-financeiro integrante dos anexos deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão executados nas áreas do Morro do Sorocotuba e Morro do Tortuga, localizados no Município de Guarujá/SP, bem como, quando necessário, nas dependências da contratada para desenvolvimento dos estudos, levantamentos, processamentos, análises e elaboração dos produtos técnicos objeto da contratação.

5.3. As atividades de campo deverão ser realizadas em horários compatíveis com as condições operacionais das áreas de intervenção, observadas as legislações aplicáveis, normas de segurança e eventuais orientações da fiscalização.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas, procedimentos e diretrizes técnicas estabelecidos no Projeto Básico, Termo de Referência, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo, os quais deverão ser rigorosamente atendidos, bem como as rotinas constantes dos anexos e aquelas formalmente determinadas pela fiscalização durante a execução.

5.5. A contratada deverá manter rotina de acompanhamento técnico permanente das atividades desenvolvidas, garantindo a adequada compatibilização entre os levantamentos, estudos geotécnicos, projetos executivos e demais produtos técnicos elaborados no âmbito da contratação.

5.6. Sempre que solicitado pela fiscalização, a contratada deverá participar de reuniões técnicas, visitas de campo, apresentações e esclarecimentos relacionados ao desenvolvimento dos serviços e às soluções técnicas propostas.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. A contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, softwares, veículos, instrumentos, ferramentas, materiais, insumos e recursos técnicos necessários à adequada execução dos serviços contratados, sem ônus adicional para a Contratante.

5.8. Os recursos disponibilizados deverão ser compatíveis com a complexidade e natureza dos serviços, especialmente para realização de:

- 5.8.1 levantamentos planialtimétricos;
- 5.8.2 inspeções técnicas de campo;
- 5.8.3 investigações geotécnicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

- 5.8.4 sondagens e ensaios;
- 5.8.5 processamento de dados;
- 5.8.6 desenvolvimento dos projetos executivos;
- 5.8.7 elaboração de peças gráficas e documentos técnicos.
- 5.8.8 Os equipamentos, instrumentos e softwares utilizados deverão estar em plenas condições de funcionamento, devidamente atualizados, calibrados e adequados às normas técnicas aplicáveis.
- 5.8.9 A contratada será responsável pela manutenção, substituição e atualização dos equipamentos, materiais e recursos técnicos utilizados durante a execução contratual, sempre que necessário à adequada prestação dos serviços.
- 5.8.10 A execução das atividades de campo deverá observar as normas de segurança do trabalho, incluindo a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e demais medidas preventivas aplicáveis às atividades desenvolvidas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. Para elaboração da proposta comercial e técnica, a licitante deverá considerar todas as condições, características, exigências e complexidades inerentes ao objeto da contratação, incluindo:

- 5.9.1 As condições de execução previstas neste Termo de Referência, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais documentos técnicos integrantes da contratação.
- 5.9.2 As características geotécnicas, topográficas, urbanas e ambientais das áreas de intervenção localizadas no Morro do Sorocotuba e Morro do Tortuga.
- 5.9.3 A necessidade de realização de levantamentos de campo, inspeções técnicas, investigações geotécnicas, sondagens, ensaios e demais atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos executivos.
- 5.9.4 As condições de acesso às áreas de intervenção, bem como eventuais restrições operacionais, urbanísticas e ambientais existentes.
- 5.9.5 A logística necessária para mobilização de equipe técnica, equipamentos, instrumentos e demais recursos necessários à execução dos serviços.
- 5.9.6 As normas técnicas, legislações e regulamentações aplicáveis ao objeto da contratação.
- 5.9.7 Os prazos contratuais, cronograma de execução, marcos de entrega e critérios de aprovação dos produtos técnicos.
- 5.9.8 Todos os custos diretos e indiretos necessários à completa execução do objeto, incluindo mobilização, deslocamentos, tributos, encargos, equipamentos, softwares, mão de obra especializada e demais despesas necessárias à execução integral dos serviços.

Especificação da garantia do serviço

- 5.10. O prazo de garantia contratual para obras e serviços de engenharia será de **05 (cinco) anos**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, em conformidade com o art. 618 do Código Civil, abrangendo a solidez e a segurança da obra, bem como todos os elementos construtivos.
- 5.11. Durante o prazo de garantia, o Contratado obriga-se a reparar, corrigir, remover ou substituir, por sua conta e risco, quaisquer defeitos, vícios ou imperfeições decorrentes de execução inadequada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

materiais empregados ou qualquer outro fator que comprometa a qualidade e a segurança da obra, independentemente de notificação prévia da Contratante.

Uniformes

5.12. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.12.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.12.1.1. Camiseta ou camisa com identificação da empresa;

5.12.1.2. Calça ou macacão adequado à atividade;

5.12.1.3. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) compatíveis com as tarefas desempenhadas, atendendo às normas do Ministério do Trabalho;

5.12.1.4. Quantidade mínima de conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.12.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

5.12.2.1. Tecido resistente ao desgaste por uso contínuo, lavagens frequentes e exposição às intempéries, com gramatura adequada para proteção e conforto térmico, observando as condições climáticas locais;

5.12.2.2. Cores sólidas e de alta visibilidade quando exigidas pela atividade, costuras reforçadas, acabamento adequado e aplicação de logomarca ou identificação da contratada, conforme orientação da fiscalização, garantindo durabilidade e apresentação.

5.12.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.12.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o horário de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15.1 Acompanhamento das atividades no local de execução, verificando o cumprimento do cronograma, das especificações técnicas, das normas de segurança e do projeto básico ou termo de referência;

6.15.2 Conferência da qualidade e conformidade dos materiais, equipamentos e serviços empregados, determinando, quando necessário, a substituição, correção ou retrabalho, sem ônus adicional para a Contratante; e

6.16. Registro sistemático das medições, ocorrências e não conformidades em relatórios, ordens de serviço ou atas, devidamente datados e assinados, para fins de controle e acompanhamento contratual

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1 Conferência periódica da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, exigindo a imediata regularização em caso de pendências;

6.21.2 Acompanhamento da vigência das garantias contratuais, seguros e demais documentos obrigatórios, solicitando renovação ou substituição quando necessário;

6.21.3 Controle e registro de todos os pagamentos, glosas, retenções e compensações aplicadas no decorrer do contrato;

6.21.4 Conferência da correta formalização de apostilamentos e termos aditivos, observando a legislação vigente e a compatibilidade com o objeto contratado.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

6.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto será realizada com base no cronograma físico-financeiro e nas especificações do contrato, considerando-se como concluídas apenas as etapas efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização.

7.2. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1 não produziu os resultados acordados,

7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

7.4.3 O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento, o término de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro aprovado pela fiscalização, desde que devidamente atestada quanto à conformidade técnica e administrativa.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. Quando a fonte orçamentária da contratação tiver origem em Convênio, Contrato de Repasse ou outro instrumento celebrado, o fluxo de pagamento ficará vinculado ao cronograma de desembolso nele estabelecido, determinando o prazo de liquidação das medições realizadas de acordo com o processamento pelo órgão detentor do recurso.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

7.36.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, total ou parcial, em nenhuma hipótese, devendo todo pagamento estar condicionado ao prévio ateste da medição pela fiscalização e ao recebimento provisório e/ou definitivo do objeto, conforme o caso.

Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de **01 (um) ano**, contado a partir da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais constantes deste edital, elaboradas com base em índices e composições de custo vigentes na data de referência informada no Anexo.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 50 (cinquenta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento por **técnica e preço**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1 valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2 custos unitários relevantes: conforme definidos pela Administração, devendo a licitante apresentar, para cada serviço, a respectiva **composição analítica de custos unitários**, contendo, no mínimo:

a) descrição de todos os insumos, com código e unidade de medida;

b) coeficientes de consumo ou de produtividade utilizados;

c) valores unitários e totais;

d) mão de obra discriminada por função, horas-homens e valor hora com encargos sociais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

e) equipamentos discriminados por tipo, coeficiente de utilização e valor unitário/hora;

f) benefícios e despesas indiretas (BDI) detalhados, com percentuais e itens que o compõem;

g) indicação expressa da fonte de referência dos preços (SINAPI, SICRO, tabelas municipais, pesquisa de mercado etc.), com data e local da pesquisa.

9.3.3 As composições deverão ser compatíveis com o orçamento-base da Administração, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização.

9.3.4 A Administração poderá, em fase de diligência, solicitar ajustes, retificações ou complementações na planilha e nas composições apresentadas, com vistas à adequada comprovação da exequibilidade dos preços propostos.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.30.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.31. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** ou **Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)**, conforme o objeto licitado, em plena validade;

9.31.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.32. Prova de atendimento aos requisitos previstos na legislação específica aplicável à profissão, observada a natureza e o objeto da contratação, tais como:

9.32.1 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme o caso, em plena validade;

9.32.2 Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços, com apresentação de registro ou inscrição em situação regular no conselho profissional competente;

9.32.3 Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) compatível(is) com o objeto licitado, em nome do responsável técnico indicado;

9.32.4 Para sociedades empresárias estrangeiras, a comprovação do atendimento a estas exigências se dará no momento da assinatura do contrato ou aceite do instrumento equivalente, mediante apresentação da solicitação de registro perante o conselho profissional competente no Brasil, nos termos da legislação vigente.

Qualificação Técnico-Operacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente acervado pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, as certidões de acervo CAT/CAO deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. PROJETO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/ OU SOLO GRAMPEADO VERDE – 6.050 M2;

9.33.1.2. RELATÓRIO TÉCNICO EM PROJETOS DE CONTENÇÃO – 277,50 M;

9.33.1.3. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL – 6.050,00 M2.

9.33.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.36. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica, devidamente acervados em seus respectivos conselhos, por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.36.1 Para o engenheiro civil: serviços de: PROJETO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/ OU SOLO GRAMPEADO VERDE;

9.36.2 Para o engenheiro civil: serviços de: RELATÓRIO TÉCNICO EM PROJETOS DE CONTENÇÃO;

9.36.3 Para o engenheiro civil / arquiteto: serviços de: LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL.

9.36.4 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

9.37. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior.

9.38. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.39. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.40. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.41. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.42. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.43. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.44. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 335.788,71 (trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais e setenta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na estimativa orçamentária **em anexo**.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Guarujá, bem como, quando aplicável, de recursos oriundos de convênio celebrado com ente da Administração Pública Estadual ou Federal, observadas as normas legais e os instrumentos de repasse correspondentes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) *Gestão/unidade: [...];*
- II) *Fonte de recursos: [...];*
- III) *Programa de trabalho: [...];*
- IV) *Elemento de despesa: [...]; e*



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Tel.: (13)3308-7000 | www.guaruja.sp.gov.br | @prefeitura.guaruja

V) *Plano interno: [...]*.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Guarujá, 15 de maio de 2026

SEPLAN – Secretaria de Planejamento Estratégico



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

MEMORIAL DESCRITIVO

PROCESSO:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCOSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE

LOCAIS: MORRO DO TORTUGA /SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP

CONTEÚDO

1. INTRODUÇÃO
2. DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO
3. OBJETIVO
4. ESCOPO DOS SERVIÇOS
 - 4.1. LEVANTAMENTO CADASTRAL E PLANIALTIMÉTRICO
 - 4.2. SONDAGEM A PERCUSSÃO
 - 4.3. SONDAGEM ROTATIVA
 - 4.4. PERFIL GEOLÓGICO/GEOTÉCNICO
 - 4.5. ESTUDO HIDROLÓGICO E DIMENSIONAMENTO HIDRÁULICO
 - 4.6. PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA (OBRA)
 - 4.7. MEMORIAL DESCRITIVO (OBRA)
5. FORMA DE APRESENTAÇÃO
6. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGAS
7. PAGAMENTO
8. OBSERVAÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

1. INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo visa definir o escopo dos serviços técnicos profissionais a serem contratados para elaboração de Projeto de Recuperação de Sistema Viário e de Contenção de Encostas em Cortina Atirantada e Solo Grampeado no Morro do Tortuga junto as Ruas junto a Rua Gilberto Glasser e Caminho Das Tartarugas e em diversas áreas do Morro Sorocotuba, Verde, em área sob jurisdição da Prefeitura Municipal de Guarujá/SP.

A região apresenta diversos pontos de erosões e deslizamentos com inclinações acentuadas que podem levar a novos deslizamentos e risco aos munícipes, edificações e vias de tráfego adjacentes, portanto o presente objeto visa a melhoria nas condições de proteção do solo, contenção dos taludes e vias e assim garantir a segurança.

2. DOCUMENTÁRIO FOTOGRÁFICO

Morro do Tortuga





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

Morro do Sorocotuba





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos





PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

3. OBJETIVO

Como produtos da contratação do objeto do presente Memorial Descritivo, deverão ser elaborados relatórios, estudos e projetos que apresentem solução técnica adequada e pertinente para implantação de Sistema de Contenções afim de para mitigar os riscos de deslizamentos e erosões nos pontos de estudo.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

Serão apresentados, neste tópico, os produtos que devem resultar da contratação referente ao presente Memorial Descritivo.

4.1. LEVANTAMENTO CADASTRAL E PLANIALTIMÉTRICO

A Contratada deverá elaborar o levantamento cadastral e planialtimétrico das áreas objeto da proposta de projeto de acordo com as seguintes disposições:

- O levantamento planialtimétrico deverá definir e dimensionar no plano horizontal a projeção de todos os detalhes que compõem o conjunto da área e do perímetro geral que a define e circunscreve. Além da poligonal principal, serão lançadas, quando necessário, tantas poligonais quantas sejam suficientes para cadastramento e levantamento de todos os detalhes que ofereçam interesse, tais como: taludes, saias de aterro com variações bruscas ou significativas de cotas em pontos próximos, cursos d'água, áreas com vegetação arbustiva, vias públicas ou particulares circundantes.
- Deverá assinalar ainda, faixas carroçáveis e de passeio, com indicação da existência e tipo de pavimentação, poços de visita, bocas de lobo, muros de divisa e de arrimo, lotes existentes e respectivas numerações, linhas de energia elétrica, posteamento, linhas divisórias que não estejam fisicamente definidas, cercas e marcos de alinhamento. Árvores com tronco de diâmetro superior a 5cm, medido a uma altura de 1.30m do chão (DAP), deverão ser locadas precisamente.
- Na hipótese de os limites da área não estarem claramente definidos, os mesmos deverão ser lançados através de planta de arruamento a ser obtida no setor de Cadastro da respectiva Prefeitura Regional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

- A representação das curvas de nível deverá estar claramente definida destacando-se com traço de maior espessura aquelas de 5 em 5m, a partir da RN 100,00. Recomenda-se a utilização de “layers” diferentes para essas curvas.
- A representação das linhas de coordenadas, deverá ser feita a cada 10m, a partir da estação 0 (zero).

A Contratada deverá encaminhar para aprovação da SEPLAN o seguinte produto resultante desta etapa: Desenho do Levantamento Planialtimétrico.

Caso seja constatada alguma falha ou imprecisão no levantamento ou nos produtos apresentados, os documentos deverão retornar à Contratada, que providenciará as correções necessárias.

4.2. SONDAGEM A PERCUSSÃO

As Sondagens deverão atender a norma ABNT NBR-6484 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimento – SPT.

A Sondagem a Percussão consistirá na obtenção da resistência à penetração do solo a cada metro e de informações como nível do lençol freático (ou seja, o nível d'água), espessura das camadas e tipos de solo e interferências durante sua execução.

A partir deste ensaio, será possível determinar a capacidade de carga das diferentes camadas do subsolo, além de aferir, pelo número de golpes, a compacidade e a consistência dos solos arenosos e/ou argilosos.

A Sondagem a percussão será executada por meio de um tripé (ou torre) com cerca de cinco metros de altura que é montado sobre os pontos de sondagem. Primeiramente será colhido a amostra (zero) do solo e, em seguida, será iniciado a escavação com trado manual.

As medições serão feitas por uma haste demarcada com três trechos de 15 centímetros (somando um total de 45 centímetros) inserida no furo de sondagem. Com uma roldana, operada manualmente, será aplicada a energia do peso batente de 65 kg em queda livre, com uma altura de 75 centímetros, na parte superior da haste – de forma que a mesma penetre no solo, as amostras serão recolhidas por meio de um amostrador Terzaghi & Peck (padrão) acoplado na sua parte inferior.

Nesta primeira etapa, os primeiros 15 centímetros serão desprezados e considerado apenas os últimos 30 centímetros de penetração, chamados de (Nspt), para a produção do



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

relatório geotécnico. Ocorrerá da mesma maneira para os metros subsequentes, sempre de 15 em 15 centímetros, até que o amostrador penetre 45 centímetros do solo.

Este ensaio será interrompido apenas quando atingir o impenetrável ou quando alcançar o critério técnico preestabelecido, nesse caso de 30m.

A cada batida do peso, a equipe registrará as informações obtidas em cada camada do solo, além de colher e catalogar as devidas amostras.

As informações serão encaminhadas para profissionais especializados para elaboração do relatório do perfil geológico-geotécnico.

4.3. SONDAGEM ROTATIVA

A executante deve fornecer equipamento para a execução das sondagens que atenda o programado pela projetista ou fiscalização. A sonda deve ser instalada em banquetas ou plataforma plana escavada ou elevada firmemente ancorada, de modo a minimizar a transmissão de suas vibrações para a composição dos tubos de sondagem. O diâmetro da sondagem deve ser indicado pela projetista ou pela fiscalização, levando em conta a necessidade da obra. Na sondagem em solo, rocha porosa, alterada ou fraturada geralmente é usado revestimentos para impedir o fechamento do furo, assim como na prevenção da perda de água de circulação.

O perfil obtido por uma sondagem deve ser completo, caracterizando toda a extensão do terreno atravessado. Para tanto, numa mesma sondagem, os trechos de solo devem ser perfurados através do processo de percussão, e os trechos de rocha, alterada ou não, pelo processo rotativo. Quando ocorrer horizonte de solo, superior a 0,5 m deve ser utilizado método a percussão, com medidas de SPT a cada metro.

À executante cabe empregar todos os recursos da sondagem rotativa, tais como perfuração cuidadosa, manobras curtas, coroas e barriletes especiais, lama bentonítica etc., de maneira a assegurar a boa recuperação de todos os materiais atravessados.

A sequência de diâmetros a ser utilizada, deve ser aprovada pela fiscalização e somente pode ser alterada, mediante sua autorização, por comprovada necessidade técnica.

O controle de profundidade do furo, com precisão de 10 mm deve ser feito pela diferença entre o comprimento total das hastes com a peça de perfuração e a sobra delas em relação a um nível de referência fixado junto à boca do furo.

O furo durante a paralisação do trabalho, deve ficar protegido contra entrada d'água de chuva. Toda e qualquer anomalia observada no furo, tais como mudança na cor da água de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

circulação, perdas de água de circulação, fendas, passagens moles, desmoronamento das paredes etc., devem ser anotadas na profundidade em que ocorrerem no boletim do furo.

Para perfeita recuperação dos testemunhos de modo a obter-se informações do estado in situ da rocha, deverão ser previsto os seguintes cuidados:

- emprego de brocas e barriletes especiais;
- emprego de coroas com diâmetros compatíveis com a complexidade do problema;
- emprego de métodos especiais para recuperação;
- emprego de manobras curtas, inferiores a 1 m, quando em presença de rochas alteradas ou friáveis.

A amostragem deve ser contínua e total, mesmo em materiais moles, incoerente ou muito fraturados. Os testemunhos não devem apresentar-se excessivamente fraturados ou roletados pela ação mecânica do equipamento de sondagem, exceto quando se tratar de rochas estratificadas ou xistosas.

As operações de retiradas das amostras do barrilete e de seu acondicionamento em caixas com tampa devem ser feitas criteriosamente de maneira a serem mantidas as posições relativas dos testemunhos coletados.

Na tampa e num dos lados menores da caixa, devem ser anotados com tinta indelével os seguintes dados:

- número do furo;
- nome da obra;
- localização;
- número da caixa e número de caixas do furo.

As amostras devem ser acondicionadas obedecendo a uma sequência de profundidade. No caso de serem acondicionadas amostras com diversos diâmetros numa mesma caixa, devem ser colocados calços no fundo e laterais das divisões das caixas, de maneira a garantir a sua imobilidade durante o manuseio.

As amostras das manobras subsequentes devem ser colocadas na caixa sempre guardando, na sequência de profundidade das amostras, o andamento da esquerda para a direita.

A amostra de cada manobra deve ser isolada, por um taco de madeira, pregado transversalmente a canaleta. Neste taco deve ser escrita sua profundidade com caneta esferográfica ou pincel com tinta indelével.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretoria de Orçamentos Técnicos

Nenhum pedaço de testemunho deve ser retirado das caixas. Somente a fiscalização pode fazê-lo e neste caso deve o testemunho ser substituído por um toco de madeira com a metragem e classificação geológica expedita.

No tacho que isola a última manobra do furo deve constar além da profundidade final do furo, a palavra FIM.

No caso de ser empregado, no início do furo ou num determinado intervalo, avanço da sondagem pelo processo a percussão, as amostras assim coletadas devem ser acondicionadas nas mesmas caixas das amostras de rotação, segundo a sequência de sua obtenção.

Durante a realização das sondagens as caixas com testemunhos devem ser armazenadas junto às sondas, em local protegido contra intempéries.

Devem ser feitas fotografias coloridas das caixas de testemunhos, em que estas se apresentem inteiramente visíveis e sem distorções.

As caixas de testemunho devem ser guardadas pelo período de 30 (trinta) dias após a entrega do relatório, a não ser que haja prévio acordo para conservá-las por um prazo maior.

A classificação geológica dos testemunhos de rocha deve ser feita por geólogo, bem com a caracterização das seguintes propriedades:

- RQD - designação qualitativa da rocha: baseado numa recuperação modificada de testemunhos, através de um procedimento que leva em consideração o número de fraturas e a quantidade de material mole ou a alteração da massa rochosa que possa ser vista nos testemunhos de sondagem. O RQD corresponde ao quociente da soma dos comprimentos superiores a 10 cm de testemunhos sãos e compactos, pelo comprimento do trecho perfurado, expresso em percentagem.

- Grau de alteração: é o fenômeno que leva sempre ao enfraquecimento da rocha, sendo produto da ação de qualquer processo físico-químico sobre maciços rochosos. Os graus de alteração são definidos para cada tipo litológico ou grupo de rochas de comportamento semelhante e fixados a partir do conhecimento das propriedades mecânicas e de sua correlação com a variação de propriedades petrográficas, como: cor e brilho dos minerais; formação de minerais de alteração: argilas, limonitas, caulins etc.; estruturas neoformadas; fissuras, crostas, bordas de reação e aumento da porosidade.

- Grau de fraturamento: determinado através da quantidade de fraturas com que se apresenta a rocha numa determinada direção. Não se consideram as fraturas provocadas pelo processo de perfuração ou soldadas por materiais altamente coesivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

- Grau de coerência: baseia-se em características físicas, tais como resistência ao impacto, ao risco, friabilidade.

Os resultados acima devem ser apresentados em perfis individuais de cada sondagem.

4.4. PERFIL GEOLÓGICO/GEOTÉCNICO

A partir dos dados de sondagem, coleta de amostras (deformadas e indeformadas) e ensaios, geofísica e topografia, deverão ser traçados os perfis das encostas, mostrando as respectivas declividades do terreno, caracterizando as diferenças encontradas no solo e suas respectivas profundidades, com o nível do lençol freático e profundidade do embasamento cristalino. Matacões e Sills também devem ser representados, com as devidas dimensões, caso sejam encontrados. Deverão ser elaborados os perfis geotécnicos para o equilíbrio limite (análise de estabilidade) e o perfil geotécnico para estudos de tensão-deformação (elementos finitos). Outros esforços que deverão ser considerados no modelo geotécnico são as sobrecargas (forças pontuais e lineares), estacas, tirantes e chumbadores. O empuxo também deverá ser calculado.

Na superfície do terreno devem ser apresentadas as estruturas encontradas (matacões, rocha fraturada, lajes, lascas, etc.), com as respectivas medidas estruturais, quando forem necessárias.

Em encostas com até 80m de comprimento deverão ser feitos pelo menos 4 perfis. Em terrenos com comprimentos maiores, deverão ser feitos perfis a cada 40m.

Para o mapeamento geológico da área estudada pede-se:

- Descrição litológica do local;
- xistossidade, fraturas, falhas, sendo representados por simbologia em vigor;
- aspectos estruturais, tais como, direção e mergulho da camada;
- zonas de instabilidade (locais onde existem cicatrizes);
- indicação de blocos de rochas instáveis para serem retirados;
- zonas de depósitos de talus;
- zonas de rochas aflorantes;
- análise cinemática da encosta (estruturas geológicas + aspecto da rocha);
- profundidade do nível médio do lençol freático;
- as ocorrências de materiais de construção (rochas - se houverem);
- outros elementos de interesse da geologia aplicada à engenharia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretoria de Orçamentos Técnicos

Os mapas geológicos preliminares sofrerão nesta fase, um detalhamento sistemático através de novas observações cuidadosas (medidas de atitudes, xistosidade, diaclasamento, localização mais precisa de contatos) e dos resultados das sondagens previstas no plano de sondagem. Deverão ser cartografados com simbologia conveniente, os contatos geológicos, as linhas tectônicas, as atitudes das camadas, além da compartimentação pedológica.

Serão também registrados e cartografados os afloramentos rochosos e o lençol freático com indicação de possíveis orientações. As ocorrências de talus, colúvios, meias-encostas e gargantas íngremes, deverão ter suas extensões cartografadas com a precisão possível, fornecendo-se ao mesmo tempo, indicações sobre suas espessuras, naturezas, orientação espacial, profundidade de substrato rochoso, dentro da precisão alcançada pelas sondagens efetuadas.

Serão representadas ainda, através de simbologia convencionada, as feições geomorfológicas notáveis: escarpas, cristas, alinhamentos, e outras de interesse.

O relatório da geologia/geotecnia de superfície e subsuperfície deverá ser agregado aos demais itens dos estudos preliminares para compor O Relatório Técnico Final, que dará subsídio à elaboração do projeto executivo para obras de contenção e drenagens na encosta.

4.5. PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO

Conforme as características do solo, de acordo com o estudo Geotécnico através das sondagens a percussão e rotativa, bem como dos demais elementos para a análise, deverá ser executados os projetos das contenções, de forma a adotar os elementos mais econômicos e dentro das Técnicas conforme Normas Específicas;

Deverá ser apresentado planta com a indicação dos níveis, cargas de piso e juntas, seções e cortes esquemáticos contendo todas as informações necessárias para permitir a perfeita execução dos serviços em campo e facilitar os trabalhos futuros de execução das obras.

Deverá ser apresentado Memorial Descritivo contendo memória de cálculo de dimensionamento, bem como verificações de estabilidade;

4.6. PLANILHA QUANTITATIVA E ORÇAMENTÁRIA (OBRA)

A planilha deverá utilizar os itens, critérios de medição e valores adotados em tabelas oficiais amplamente reconhecidas vigentes na data da elaboração da planilha orçamentária, como SIURB, CDHU, SINAPI, TPU etc.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

Para os itens que porventura não estejam incluídos nestas, deverá ser realizada composição dos preços (CPU), utilizando-se como referência as tabelas de insumos e mão de obra das tabelas de instituições amplamente reconhecidas.

Itens que não se enquadrem nas situações acima deverão ser orçados a partir de três cotações realizadas no mercado, devendo ser entregues em anexo as propostas técnicas que basearam o estabelecimento do preço final do item.

Os itens com preços compostos (P2) deverão estar agrupados na planilha separadamente dos itens existentes nas tabelas oficiais.

Ainda, deverá acompanhar a planilha quantitativa e orçamentária uma memória de cálculo detalhada, referente a cada serviço proposto no projeto.

4.7. MEMORIAL DESCRITIVO (OBRA)

Deverá ser elaborado Memorial Descritivo para a obra, em que devem constar todas as informações relevantes do conceito de projeto e partidos técnicos adotados, especificando na forma textual cada serviço a ser executado em cada etapa da obra, com nível de detalhamento que apresente, junto dos projetos e da planilha de orçamento, precisão suficiente para posterior contratação da obra.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

O produto de cada uma das etapas de trabalho consistirá numa série de documentos escritos ou gráficos elaborados rigorosamente dentro das normas ABNT e dos padrões praticados em trabalho dessa natureza.

Todos os textos, relatórios e planilhas deverão ser entregues em 02 (duas) vias impressas em papel sulfite tamanho A4 e em arquivo eletrônico, extensão doc e/ou xls, compatível com os programas Word e Excel, além de cópia em pdf. Os documentos deverão ser apresentados em folhas timbradas, numeradas e rubricadas, devidamente tituladas, datadas e assinadas pelo respectivo responsável técnico.

Todos os desenhos deverão ser entregues em folha de tamanho apropriado (A1 ou A0), padrão ABNT, em escala otimizada, em 02 (duas) vias impressas em papel sulfite, além de arquivo eletrônico extensão dwg e pdf. Deverão conter cotas, legendas e todas as anotações necessárias. Ainda, nas fases intermediárias, deverá ser apresentada uma via em papel para as análises pela Contratante, quando solicitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretoria de Orçamentos Técnicos

Todos os desenhos deverão ter o carimbo padronizado, padrão PMG, além da anotação do CTB adotado. Os elementos desenhados deverão seguir organização de *layers* apropriada, devendo ser limpos, sem blocos explodidos ou objetos perdidos.

A legenda a ser empregada no projeto, assim como a sistemática de numeração de folhas, deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do responsável técnico, seu número de registro nos respectivos conselhos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA do Estado de São Paulo / Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU) e o número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, correspondente ao projeto em questão.

Todos os agrupamentos de desenhos deverão ser acompanhados por listagem indicativa.

6. PRAZO DE EXECUÇÃO E ENTREGAS

O prazo previsto para a elaboração do presente projeto é de 120 (cento e vinte) dias corridos, incluindo em cada etapa o tempo necessário para análise pela SEPLAN, a partir da data de emissão da Ordem de Início.

Havendo necessidade de adequação do projeto em face de apontamentos decorrentes da análise do projeto pela SEPLAN, a Contratada será solicitada a proceder às modificações necessárias, sem custos, para assim ser emitido o Termo de Recebimento Provisório.

7. PAGAMENTO

O pagamento dos serviços executados será procedido mediante requerimento, com base em medição mensal efetuada pela Fiscalização.

8. OBSERVAÇÕES FINAIS

A Ordem de Início dos trabalhos deverá ser dada somente após reunião e/ou realização de vistoria conjunta entre a equipe Contratada e os técnicos da SELAN.

em toda a área de projeto, com o objetivo de se entender os conceitos e necessidades a serem considerados na proposta.

O desenvolvimento do projeto deverá ser acompanhado pela SEPLAN, por meio do Fiscal determinado na Ordem de Início, através de reuniões periódicas no final de cada etapa de projeto, de forma a analisar, definir, dirimir dúvidas, solicitar complementação de informações ou,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Diretoria de Orçamentos Técnicos

eventualmente, corrigir possíveis falhas ou omissões. Tais reuniões serão documentadas em Atas. O projeto somente deverá passar para a etapa seguinte após a aprovação oficial da etapa anterior.

Deverá ser emitida ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – de projeto, referente a presente contratação.

Durante a análise dos projetos, a critério da SEPLAN, poderão ser solicitadas amostras, catálogos, visitas técnicas ou outros detalhes necessários para perfeita compreensão e aceitação dos itens propostos.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

(Processo Administrativo nº 651/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A Prefeitura Municipal de Guarujá, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico, com sede na Av. Santos Dumont, 800, bairro Jardim Santo Antônio, na cidade de Guarujá/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 44.959.021/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Farid Madi, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no *Diário Oficial do Município* de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação: **ELABORAÇÃO DE PROJETO**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **8 (oito) meses** contados da Ordem de Início dos Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Matriz de risco:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE:

- 3.1.1.1. Alterações de escopo ou modificações de especificações determinadas pela Administração;
- 3.1.1.2. Indefinições ou mudanças de diretrizes institucionais, prioridades ou necessidades administrativas que impactem o objeto contratado;
- 3.1.1.3. Atrasos na disponibilização de informações, documentos ou bases técnicas sob responsabilidade da Administração;
- 3.1.1.4. Suspensão ou paralisação por interesse público, fato do príncipe ou fato da Administração.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pelo CONTRATADO:

- 3.1.2.1. Inadequação técnica dos projetos elaborados, incluindo erros de dimensionamento, falhas de concepção ou incompatibilidade com normas técnicas;
- 3.1.2.2. Deficiências na qualidade dos levantamentos realizados, estudos geotécnicos, diagnósticos ou análises técnicas;
- 3.1.2.3. Falta de compatibilização entre disciplinas (geotecnia, drenagem, estrutura, viário, ambiental);
- 3.1.2.4. Descumprimento de prazos contratuais por falha de planejamento, gestão ou insuficiência de equipe técnica;
- 3.1.2.5. Retrabalho decorrente de erro técnico, omissão ou inconsistência nos produtos entregues;
- 3.1.2.6. Não atendimento às normas técnicas, legislações e exigências dos órgãos competentes;
- 3.1.2.7. Custos operacionais da execução dos serviços técnicos, incluindo mobilização de equipe, softwares, equipamentos e logística;
- 3.1.2.8. Responsabilidade técnica pelos projetos, inclusive quanto à segurança, viabilidade e exequibilidade das soluções propostas;
- 3.1.2.9. Correções necessárias até a aprovação final dos projetos, sem ônus adicional para a Administração;
- 3.1.2.10. Erros na estimativa de quantitativos e soluções técnicas que comprometam a futura execução da obra.

3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATADO:

- 3.1.3.1. Necessidade de adequações técnicas relevantes decorrentes de novas informações obtidas ao longo dos estudos;
- 3.1.3.2. Demandas supervenientes de órgãos externos, que exijam ajustes técnicos não previsíveis inicialmente;

3.1.3.3. Ajustes de quantitativos e soluções técnicas, dentro dos limites legais, decorrentes da evolução natural do projeto.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
 - 8.1.18.1. Projetos executivos completos, em meio físico e digital, em formatos editáveis e compatíveis com os sistemas adotados pela Administração;
 - 8.1.18.2. Memoriais descritivos, especificações técnicas e memoriais de cálculo de todas as disciplinas envolvidas;
 - 8.1.18.3. Relatórios técnicos de diagnóstico, levantamentos de campo e estudos realizados (topográficos, geotécnicos, hidrológicos, entre outros);
 - 8.1.18.4. Comprovação de compatibilização entre todos os projetos, com declaração formal do responsável técnico;
 - 8.1.18.5. Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT de todos os serviços executados;

8.1.18.6. Planilhas orçamentárias completas, com tabelas oficiais de referência de custos, composições de custos unitários e cronograma físico-financeiro da obra projetada;

8.1.18.7. Versão final consolidada dos projetos, incorporando todas as revisões solicitadas pela fiscalização;

8.1.18.8. Atendimento às exigências dos órgãos competentes, quando aplicável, com comprovação de protocolo ou aprovação;

8.1.18.9. Relatório final técnico conclusivo, contendo a descrição das soluções adotadas, premissas de projeto e recomendações para execução e manutenção.

8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, todos os produtos técnicos elaborados no âmbito do contrato, incluindo projetos, relatórios, memoriais, planilhas orçamentárias, cronogramas, ART/RRT, termos de recebimento, comunicações oficiais, notificações expedidas e demais registros relacionados à execução contratual.

8.1.20. A aprovação dos projetos pela fiscalização não exime o CONTRATADO de sua responsabilidade técnica integral quanto à consistência, segurança, exequibilidade e conformidade das soluções adotadas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações

trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.37. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.37.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de

todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

- 9.38. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.39. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.40. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.41. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.42. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.43. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.44. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.45. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.46. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.47. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.48. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.49. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.49.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.49.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.49.3. florestas plantadas; e
 - 9.49.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.50. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.50.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.50.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.50.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.50.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.51. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.51.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.51.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.51.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.51.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.51.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.51.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.51.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.51.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.52.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.52.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.53. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.54. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.55. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.56. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.57. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.57.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

9.58. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial

atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, junto com convênio Estadual deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarujá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Guarujá, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

F1

F2

F3

F4

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO								DATA: 12/05/2026	
OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO									
LOCAL: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP								SINAPI JAN/2026; CDHU NOV/2025	
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04								BDI 1 : 25,00%	
ITEM	Fonte	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	CS. UNT.	BDI (%)	PR. UNT.	TOTAL COM BDI
1.			CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO						R\$ 335.788,71
1.1.			MORRO DO TORTUGA						R\$ 50.987,74
1.1.1.			LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO						R\$ 1.695,00
1.1.1.1.	SIURB INFRA	1010000	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	M2	1.500,00	R\$ 0,90	BDI 1	1,13	R\$ 1.695,00
1.1.2.			ESTUDOS GEOTÉCNICOS						R\$ 23.685,24
1.1.2.1.	SIURB INFRA	2003003	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 20KM	UN	1,00	R\$ 1.041,24	BDI 1	1.301,55	R\$ 1.301,55
1.1.2.2.	SIURB INFRA	2002007	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO EM TERRENO ACIDENTADO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 50M	UN	3,00	R\$ 105,85	BDI 1	132,31	R\$ 396,93
1.1.2.3.	SIURB INFRA	2002010	PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE ENSAIO PENETOMÉTRICO OU DE LAVAGEM POR TEMPO	M	40,00	R\$ 181,90	BDI 1	227,38	R\$ 9.095,20
1.1.2.4.	SIURB INFRA	2003001	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	4,00	R\$ 486,31	BDI 1	607,89	R\$ 2.431,56
1.1.2.5.	SIURB INFRA	2003011	PERFURAÇÃO EM SOLOS OU ROCHAS DECOMPOSTAS HX	M	20,00	R\$ 418,40	BDI 1	523,00	R\$ 10.460,00
1.1.3.			PROJETOS EXECUTIVOS						R\$ 25.607,50
1.1.3.1.	CPU	1	PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/OU SOLO GRAMPEADO	M2	1.500,00	R\$ 12,97	BDI 1	16,21	R\$ 24.315,00
1.1.3.2.	SIURB INFRA	1022000	RELATÓRIO TÉCNICO	M	50,00	R\$ 20,68	BDI 1	25,85	R\$ 1.292,50
1.2.			MORRO DO SOROCOTUBA						R\$ 284.800,97
1.2.1.			LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO						R\$ 11.978,00
1.2.1.1.	SIURB INFRA	1010000	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	M2	10.600,00	R\$ 0,90	BDI 1	1,13	R\$ 11.978,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

F1

F2

F3

F4

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SEM DESONERAÇÃO								DATA: 12/05/2026	
OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO									
LOCAL: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP								SINAPI JAN/2026; CDHU NOV/2025	
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04								BDI 1 : 25,00%	
ITEM	FONTES	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	CS. UNT.	BDI (%)	PR. UNT.	TOTAL COM BDI
1.2.2.			ESTUDOS GEOTÉCNICOS						R\$ 87.942,72
1.2.2.1.	SIURB INFRA	2003003	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 20KM	UN	3,00	R\$ 1.041,24	BDI 1	1.301,55	R\$ 3.904,65
1.2.2.2.	SIURB INFRA	2002007	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO EM TERRENO ACIDENTADO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 50M	UN	12,00	R\$ 105,85	BDI 1	132,31	R\$ 1.587,72
1.2.2.3.	SIURB INFRA	2002010	PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE ENSAIO PENETOMÉTRICO OU DE LAVAGEM POR TEMPO	M	150,00	R\$ 181,90	BDI 1	227,38	R\$ 34.107,00
1.2.2.4.	SIURB INFRA	2003001	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	15,00	R\$ 486,31	BDI 1	607,89	R\$ 9.118,35
1.2.2.5.	SIURB INFRA	2003011	PERFURAÇÃO EM SOLOS OU ROCHAS DECOMPOSTAS HX	M	75,00	R\$ 418,40	BDI 1	523,00	R\$ 39.225,00
1.2.3.			PROJETOS EXECUTIVOS						R\$ 184.880,25
1.2.3.1.	CPU	1	PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/OU SOLO GRAMPEADO	M2	10.600,00	R\$ 12,97	BDI 1	16,21	R\$ 171.826,00
1.2.3.2.	SIURB INFRA	1022000	RELATÓRIO TÉCNICO	M	505,00	R\$ 20,68	BDI 1	25,85	R\$ 13.054,25

GUARUJÁ / SP

Local

12 de maio de 2026

Data



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO
LOCAL: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT		
1.	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO				
1.1.	MORRO DO TORTUGA				
1.1.1.	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO				
1.1.1.1.	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	M2	1.500,00	=50*30	
1.1.2.	ESTUDOS GEOTÉCNICOS				
1.1.2.1.	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 20KM	UN	1,00	1	
1.1.2.2.	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO EM TERRENO ACIDENTADO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 50M	UN	3,00	=4-1	
1.1.2.3.	PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE ENSAIO PENETOMETRICO OU DE LAVAGEM POR TEMPO	M	40,00	=4*10	
1.1.2.4.	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	4,00	4	
1.1.2.5.	PERFURAÇÃO EM SOLOS OU ROCHAS DECOMPOSTAS HX	M	20,00	=4*5	
1.1.3.	PROJETOS EXECUTIVOS				
1.1.3.1.	PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/OU SOLO GRAMPEADO	M2	1.500,00	=1500	
1.1.3.2.	RELATÓRIO TÉCNICO	M	50,00	50	
1.2.	MORRO DO SOROCOTUBA				
1.2.1.	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO				
1.2.1.1.	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	M2	10.600,00	=SUM(600:400)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01	M2	600,00	30,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 02	M2	600,00	30,00 m x 20,00 m	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE,
OBRA: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO
LOCAL: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 03	M2	700,00	35,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 04	M2	600,00	30,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 05	M2	400,00	20,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 06	M2	800,00	40,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 07	M2	1.000,00	50,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 08	M2	400,00	20,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 09	M2	1.500,00	50,00 m x 30,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 10	M2	1.200,00	60,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11	M2	600,00	30,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 12	M2	600,00	30,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13A	M2	800,00	40,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13B	M2	400,00	20,00 m x 20,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13C	M2	400,00	20,00 m x 20,00 m	
1.2.2.	ESTUDOS GEOTÉCNICOS				
1.2.2.1.	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 20KM	UN	3,00	=SUM(1:1)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01 E 05 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	1,00	1	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 06 E 10 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	1,00	1	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11 E 13 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	1,00	1	
1.2.2.2.	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO EM TERRENO ACIDENTADO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 50M	UN	12,00	=SUM(4:4)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01 E 05 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	4,00	4	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 06 E 10 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	4,00	4	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11 E 13 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	4,00	4	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE,
LOCAL: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO
PROJETO: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP
SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT		
1.2.2.3.	PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE ENSAIO PENETROMETRICO OU DE LAVAGEM POR TEMPO	M	150,00	=SUM(50:50)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01 E 05 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	50,00	5 x 10,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 06 E 10 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	50,00	5 x 10,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11 E 13 - SONDAGEM A PERCUSSÃO	UNID	50,00	5 x 10,00 m	
1.2.2.4.	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	15,00	=SUM(2:3)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01 E 02 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	2,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 03 E 04 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	2,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 05 E 06 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	2,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 07 E 08 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	2,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 09 E 10 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	2,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11 E 12 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	2,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	3,00		
1.2.2.5.	PERFURAÇÃO EM SOLOS OU ROCHAS DECOMPOSTAS HX	M	75,00	=SUM(5:15)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 02 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 03 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 04 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 05 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 06 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 07 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 08 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 09 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 10 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE,
OBRA: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO
LOCAL: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 12 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	5,00	1 x 5,00 m	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13 - SONDAGEM ROTATIVA	UNID	15,00	3 x 5,00 m	
1.2.3.	PROJETOS EXECUTIVOS				
1.2.3.1.	PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/OU SOLO GRAMPEADO	M2	10.600,00	=10600	
1.2.3.2.	RELATÓRIO TÉCNICO	M	505,00	=SUM(30:20)	
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 01	M	30,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 02	M	30,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 03	M	35,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 04	M	30,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 05	M	20,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 06	M	40,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 07	M	50,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 08	M	20,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 09	M	50,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 10	M	60,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 11	M	30,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 12	M	30,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13A	M	40,00		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13B	M	20,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

MEMÓRIA DE CÁLCULO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE
RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO
DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE,
OBRA: MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO
LOCAL: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT		
	ÁREA DE ESCORREGAMENTO 13C	M	20,00		

GUARUJÁ / SP

Local

12 de maio de 2026

Data



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

CRONOGRAMA

OBRA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO

Local: MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP
PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL	1	2	3	4	TOTAL
1.1.	MORRO DO TORTUGA	R\$ 50.987,74					
1.1.1.	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO	R\$ 1.695,00	1.271,25	423,75			1.695,00
			75,00%	25,00%			100,00%
1.1.2.	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	R\$ 23.685,24	17.763,93	5.921,31			23.685,24
			75,00%	25,00%			100,00%
1.1.3.	PROJETOS EXECUTIVOS	R\$ 25.607,50			20.486,00	5.121,50	25.607,50
					80,00%	20,00%	100,00%
1.2.	MORRO DO SOROCOTUBA	R\$ 284.800,97					
1.2.1.	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO	R\$ 11.978,00	9.582,40	2.395,60			11.978,00
			80,00%	20,00%			100,00%
1.2.2.	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	R\$ 87.942,72	57.162,76	30.779,96			87.942,72
			65,00%	35,00%			100,00%
1.2.3.	PROJETOS EXECUTIVOS	R\$ 184.880,25		55.464,07	55.464,07	73.952,11	184.880,25
				30,00%	30,00%	40,00%	100,00%
	TOTAL	R\$ 335.788,71	85.780,34	94.984,69	75.950,07	79.073,61	335.788,71
	% PERÍODO		25,55%	28,29%	22,62%	23,55%	100,00%
	TOTAL ACUMULADO		85.780,34	180.765,03	256.715,10	335.788,71	

COMPOSIÇÕES

FORTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT NÃO DESONER.
CPU	1	PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/OU SOLO GRAMPEADO	M2		
SIURB INFRA	0001110	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO CONSULTOR - 20 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	0,0005	528,21
SIURB INFRA	0001114	PROJETISTA - SEM CURSO SUPERIOR, COM MAIS DE 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	0,0015	149,11
SIURB INFRA	0001120	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO COORDENADOR GERAL - MAIS DE 20 ANOS EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	0,0015	528,21
SIURB INFRA	0001124	ENGENHEIRO/ ARQUITETO SÊNIOR - MAIS DE 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	0,014	316,28
SIURB INFRA	0001125	ENGENHEIRO/ ARQUITETO PLENO - DE 5 A 15 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	0,014	190,43
SIURB INFRA	0001128	ENGENHEIRO/ ARQUITETO JÚNIOR - ATÉ 5 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	0,014	135,46
SIURB INFRA	0001158	DESENHISTA CADISTA (SGSP)	H	0,02	67,04
SIURB INFRA	0001164	DESENHISTA PROJETISTA (SGSP)	H	0,02	69,86

12/05/2026

Data

Responsável Técnico:
CREA/CAU:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

Quadro de Composição do BDI 1

OBJETO
CONTRATO DE EMPREENDIMENTO DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE REDE DE DRENAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE,

TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO	DESONERAÇÃO
Estudos e Projetos, Planos e Gerenciamento e outros correlatos	Não

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	100,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	3,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Encargos Sociais incidentes sobre a mão de obra	K1	0,00%	-	-	-	-
Administração Central da empresa ou consultoria - overhead	K2	8,00%	-	-	20,00%	-
		0,00%	-	-	-	-
		0,00%	-	-	-	-
Margem bruta da empresa de consultoria	K3	8,04%	-	-	12,00%	-
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	25,00%	OK	-	-	-



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
Diretoria de Orçamentos Técnicos

CURVA ABC							12/05/2026	FAIXA	PORCENTAGEM	
CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO								A	80,00%	
MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA - GUARUJÁ - SP								B	90,00%	
TO: PROJETO: SEPLAN-2025-PROJ-091-REV04								C	100,00%	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	PR. UNT.	TOTAL COM BDI	porcentagem individual	porcentagem acumulada	faixa
			CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E DE CONTENÇÃO DE ENCONSTAS NO MORRO DO TORTUGA/SOROCOTUBA EM CORTINA ATIRANTADA E SOLO GRAMPEADO VERDE, MUNICÍPIO DE GUARUJÁ - ESTADO DE SÃO PAULO				R\$ 335.788,71			A
1.1.3.1.	CPU	1	PROJETO EXECUTIVO DE CONTENÇÃO EM CORTINA ATIRANTADA E/OU SOLO GRAMPEADO	M2	12100,00	R\$ 16,21	R\$ 196.141,00	58,41%	58,41%	A
1.1.2.5.	SIURB INFRA	2003011	PERFURAÇÃO EM SOLOS OU ROCHAS DECOMPOSTAS HX	M	95,00	R\$ 523,00	R\$ 49.685,00	14,80%	73,21%	A
1.1.2.3.	SIURB INFRA	2002010	PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE ENSAIO PENETOMÉTRICO OU DE LAVAGEM POR TEMPO	M	190,00	R\$ 227,38	R\$ 43.202,20	12,87%	86,08%	B
1.1.3.2.	SIURB INFRA	1022000	RELATÓRIO TÉCNICO	M	555,00	R\$ 25,85	R\$ 14.346,75	4,27%	90,35%	C
1.1.1.1.	SIURB INFRA	1010000	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL	M2	12100,00	R\$ 1,13	R\$ 13.673,00	4,07%	94,42%	C
1.1.2.4.	SIURB INFRA	2003001	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 10KM	UN	19,00	R\$ 607,89	R\$ 11.549,91	3,44%	97,86%	C
1.1.2.1.	SIURB INFRA	2003003	MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE 1 EQUIPAMENTO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ACIMA DE 20KM	UN	4,00	R\$ 1.301,55	R\$ 5.206,20	1,55%	99,41%	C
1.1.2.2.	SIURB INFRA	2002007	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO EM TERRENO ACIDENTADO, CONSIDERANDO A DISTÂNCIA ATÉ 50M	UN	15,00	R\$ 132,31	R\$ 1.984,65	0,59%	100,0%	C